



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 271/11

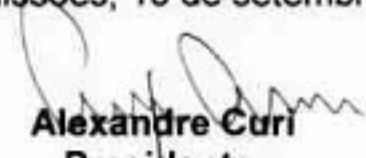
Fica vedada, pelas instituições de ensino privadas sediadas no Estado do Paraná, a cobrança de taxa de material de ensino de uso coletivo.

Art. 1º Ficam as instituições de ensino privadas, sediadas no Estado do Paraná, proibidas de cobrar de seus alunos qualquer taxa ou outro tipo de valor para aquisição de material de ensino de uso coletivo.


Art. 2º As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º. de janeiro de 2013.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2012.


Alexandre Curi
Presidente


Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

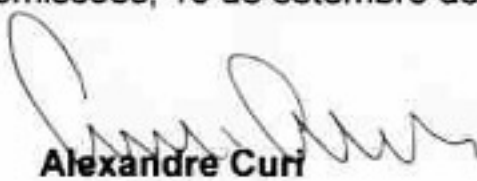
Redação Final ao Projeto de Lei nº 110/12

Declara de Utilidade Pública a ACAJA - Associação Comunitária dos Amigos de Jardim Alegre, com sede no Município de Jardim Alegre e foro no Município de Ivaiporã.

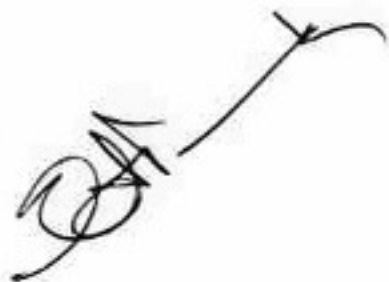
Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a ACAJA - Associação Comunitária dos Amigos de Jardim Alegre, com sede no Município de Jardim Alegre e foro no Município de Ivaiporã.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2012.


Alexandre Curi
Presidente


Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

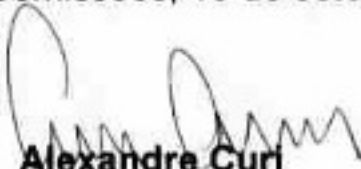
Redação Final ao Projeto de Lei nº 418/12

Declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC, com sede e foro no Município de Barracão.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC, com sede e foro no Município de Barracão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2012.



Alexandre Curi
Presidente



Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Pedro Lupion

PROJETO DE LEI Nº 157, DE 2012

LIDO NO EXPEDIENTE

CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 11 ABR. 2012

1º Secretário

Súmula: Estabelece critérios de transparência para a cobrança de dívidas dos consumidores paranaenses e das outras providências.

Artigo 1º - Toda cobrança de dívida, oriunda de relação de consumo nos termos do artigo 2º da Lei federal 8.078 (Código de Defesa do Consumidor), deverá seguir os critérios da presente lei, no que tange a transparência dos valores cobrados bem como visando a não exposição do consumidor ao constrangimento e ou ameaça.

Artigo 2º - Os valores apresentados ao consumidor quando da cobrança da dívida, deverão ter clareza a o que efetivamente correspondem, destacando-se o valor originário bem como o de cada item adicional ao valor originário, sejam juros, multas, taxas, custas, honorários e outros, que somados, correspondem ao valor total cobrado do consumidor, nomeando-se cada item.

Parágrafo único – A apresentação ao consumidor da cobrança impressa, por meio eletrônico ou falada, deve atender aos requisitos do caput.

Artigo 3º - Toda cobrança de dívida oriunda de relação de consumo, quando feita por meio de ligação telefônica, deve ser gravada, identificando-se a data e hora do contato e colocada a disposição do consumidor caso seja solicitada.

[Signature]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Pedro Lupion



§ 1º: Os mesmos meios de contato utilizados pelo cobrador e ou disponibilizados ao consumidor para o contato com o cobrador, devem também servir para a solicitação das gravações.

§2º: O consumidor deve ser informado em todos os contatos para cobrança, da obrigatoriedade da gravação das ligações e da disponibilidade do cobrador em fornecê-las quando por ele solicitado em até sete dias úteis.

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2012


PEDRO LUPION
Deputado Estadual.

Página 2 de 4



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Pedro Lupion



JUSTIFICATIVA

O aquecimento econômico que perdura a alguns anos em nosso país, devido à estabilização da economia e de nossa moeda, juros baixos, distribuição de renda, entre outros fatores, facilitaram o acesso aos mais diversos bens de consumo por grande parte da população brasileira.

Desde os consumíveis na alimentação, passando por eletrodomésticos, eletrônicos, veículos, moveis e até imóveis, tudo se tornou acessível a uma grande massa que até então não possuía tal capacidade de consumo. Maior consumo, todavia, sem a devida educação para um consumo consciente e dos limites para o consumo, geraram proporcionalmente ao aumento do consumo, aumento de inadimplência.

Os inadimplentes por qualquer que seja a razão, são cobrados e sobre suas dívidas se inserem juros, multas, taxas e outros acessórios. Ainda recebem contatos por e-mail, telefone, cartas, informando sobre os valores atualizados para o pagamento de suas dívidas.

Este é o ponto de que trata nossa propositura. O consumidor que é cobrado, certamente já se encontra em uma condição que não gostaria de estar. Ai, por se encontrar neste ponto, quando lhe surge a possibilidade de solucionar a questão e pagar a obrigação, ele muitas vezes o faz sem sequer ter clareza do que efetivamente está pagando embutido no valor originário da obrigação.

Paga pra se livrar daquela cobrança, algumas vezes vexatória na acepção do termo, após incansáveis e apelativos contatos das empresas de cobrança, que lucram em cada cobrança bem sucedida.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete Deputado Pedro Lupion



O consumidor tem o dever de pagar, mas tem o direito de saber o que esta efetivamente pagando. Tem ainda o direito de não ser cobrado de forma que lhe ofenda.

Na maioria dos casos onde ocorre cobrança, devido à falta de regras claras, o consumidor exposto a estas situações, ainda tem dificuldades para provar todas estas ilegalidades.

Com a propositura do presente projeto de Lei, buscamos regular esta seção da relação de consumo.

A exigência, portanto de se destacar em todas as cobranças, o valor principal e os acessórios, nomeando-se cada um deles, bem como a obrigatoriedade da gravação dos contatos para cobrança de dívidas, certamente irão proporcionar ao consumidor de nosso Estado, melhores condições de defesa ante cobranças indevidas e ou vexatórias.

Por fim cumpre esclarecer que o presente projeto de Lei é constitucional nos termos do artigo 13, inciso V¹ da Constituição do Estado do Paraná, uma vez que procura evitar danos ao consumidor com cobranças indevidas e/ou situações semelhantes.

Página 4 de 4

¹ Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

[...]

V - produção e consumo;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 157/2012

Projeto de Lei nº 157/12

Autor: Deputado Pedro Lupion

Súmula: Estabelece critérios de transparência para a cobrança de dívidas dos consumidores paranaenses e dá outras providências.

EMENTA: PRODUÇÃO E CONSUMO. TRANSPARÊNCIA PARA A COBRANÇA DE DÍVIDA. NÃO EXPOSIÇÃO DO CONSUMIDOR AO CONSTRANGIMENTO E OU AMEAÇA. ART. 24, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS, 6º, III, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DIREITO À AMPLA E ADEQUADA INFORMAÇÃO CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE AUFERIDAS. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion, visa atribuir os critérios no que tange a transparência dos valores cobrados bem como visando a não exposição do consumidor ao constrangimento e ou ameaça.

Observa-se que houve, pelo autor, emenda supressiva fundamentada no Art. 137, § 1º do Regimento Interno desta Casa, com o

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



objetivo de retirar o Art. 3º em sua totalidade, ficando inalterados os demais dispositivos.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

(grifo nosso)

Sobre o assunto DE DIREITO DO CONSUMIDOR, a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA prevê no artigo 24, inciso V, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V – produção e consumo:

(grifo nosso)



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Como não poderia ser de forma contrária, determina a
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, conforme artigo 13, inciso V:

**Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União,
legislar sobre:**

(...)

V - produção e consumo;

(grifo nosso)

Conforme dispõe o próprio art. 6º do Código de Defesa do
Consumidor:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

**III - a informação adequada e clara sobre os diferentes
produtos e serviços, com especificação correta de
quantidade, características, composição, qualidade e preço,
bem como sobre os riscos que apresentem;**

(grifo nosso)

No caso em tela, vislumbra-se que o objetivo da pretensa Lei é,
ante a cobrança de dívida, oriunda de relação de consumo, os valores serem
apresentados com clareza ao que efetivamente correspondem, destacando-se o valor
originário, bem como, o de cada item adicional, sejam juros, taxas, custas, honorários
e outros, que somados correspondem ao valor total cobrado.

Da justificativa do nobre Deputado autor do Projeto (fls. 04)
extraí-se que "os inadimplentes por qualquer que seja razão, são cobrados e
sobre suas dívidas se inserem juros, multas, taxas e outros acessórios. Ainda
recebem contatos por e-mail, telefone, cartas, informando sobre os valores



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



atualizados para o pagamento de sus dívidas. Este é o ponto de que trata nossa propositura."

Assim, o presente projeto, ao estabelecer critérios para a transparência dos valores cobrados é constitucional e legal, eis que visa garantir a adequada informação para os consumidores.

Por fim, a técnica legislativa encontra-se perfeitamente ajustada ao disposto na Lei Complementar nº 95/98, não havendo óbices que impedem a tramitação do presente projeto.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2012.


NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


HERMAS JUNIOR

RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cleiton Kielse, Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Holleben Mello e Deputada Rose Litro



Comissão de Defesa do Consumidor

Parecer ao Projeto de Lei no. 157/2012

Autor: Deputado Pedro Lupion

Sumula: Estabelece critérios de transparência para a cobrança de dívidas dos consumidores paranaenses

Justificativa: Esclarecer ao consumidor detalhadamente todos os encargos que lhe são cobrados por dívidas de consumo

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça

Parecer:

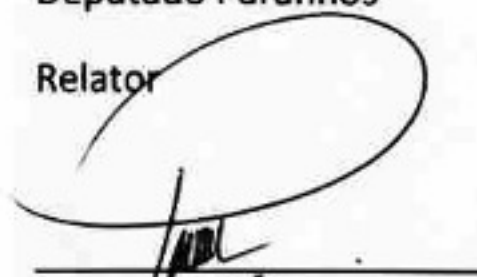
O Projeto de Lei apresentado não possui qualquer óbice frente à legislação consumerista, sendo de grande relevância para os fins propostos.

Diante disso, a Comissão emite parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

Sala de Reuniões, em 03 de 07 de 2012

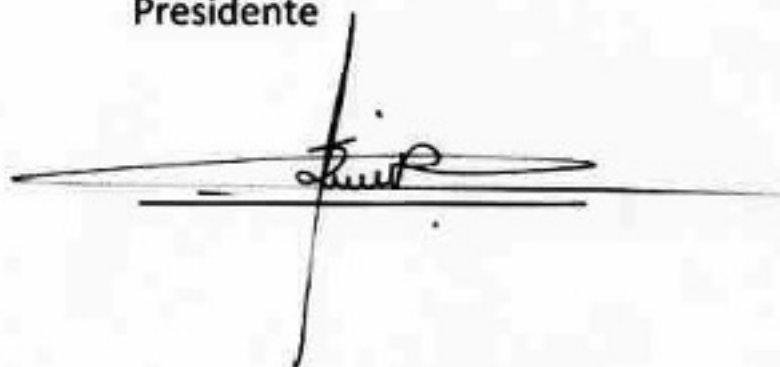
Deputado Paranhos

Relator

A large, stylized handwritten signature in black ink, written over a horizontal line.

Deputado Adelino Ribeiro

Presidente

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line.A large, stylized handwritten signature in black ink, written over a horizontal line.A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER PL Nº. 157/12

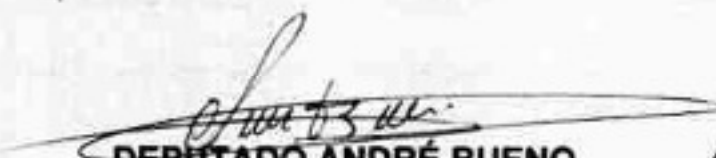
Autor: Dep. Pedro Lupion.
Relator: Toninho Wandscheer.

Súmula: Estabelece critérios de transparência para a cobrança de dívidas dos consumidores paranaenses e da outras providências.

O presente projeto de Lei possui relevante interesse público evitando o uso excessivo e abusivo de cobrança de dívidas como ocorre atualmente.

Diante do exposto, opina-se pelo PARECER FAVORÁVEL do presente projeto de Lei.

Curitiba, 20 de agosto de 2012.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

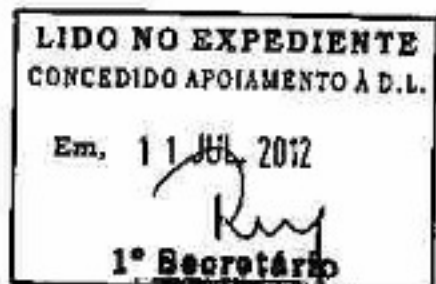

DEPUTADO TONINHO WANDSCHEER
RELATOR







Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gab. Deputado Elio Rusch



PROJETO DE LEI Nº

357/12

Súmula: Concede título de cidadão honorário ao Sr. Ricardo Silvio Chapla.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Ricardo Silvio Chapla.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

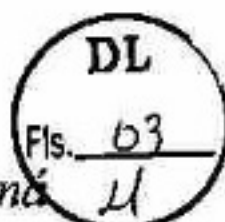
Sala das Sessões, em 11 de julho de 2012.


ELIO RUSCH
DEPUTADO ESTADUAL

15498 11/07/2012 09:46:00 DP ASSINATURA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gab. Deputado Elio Rusch



JUSTIFICATIVA

O cooperativismo brasileiro é uma organização especial e tem provado sucessivamente a sua força na sociedade de mercado.

Em nosso Estado é um caso de organização de sucesso de R\$ 32 bilhões anuais e é o mais representativo do País. Equivale atualmente a 55% do PIB da agropecuária paranaense, cujo percentual é gerado pelas cooperativas e envolve cerca de 20% da população do Estado.

O Cooperativismo é um catalisador de negócios e desenvolvimento, e, ao mesmo tempo é capaz de superar elevados índices de desemprego, com a facilidade de gerar novas oportunidades de trabalho, bem como na promoção social de todas as formas.

Não restam dúvidas que as cooperativas paranaenses estão na vanguarda nacional não é obra do acaso, mas sim resultado inegável de seus dirigentes. Exemplo de bravos que sabem lançar a semente em terra fértil, convictos que a árvore não tarda e frutificará.

É essa certeza de nossos dirigentes que deu ao Paraná a primazia do cooperativismo nacional. São homens idealistas que motivam a impulsionam vontades de construir e crescer, de fazer um mundo melhor. Homens cujas vidas marcam no tempo o fulgor de suas coragens, obstinações, acertos, sujeitando-se avaliar com seus próprios bens os créditos buscados por suas cooperativas. São homens talhados para a grandeza, exemplos a serem seguidos pelas gerações futuras.

Os nossos dirigentes cooperativistas são homens honrados e merecem ser reconhecidos pela sociedade pelos seus elevados feitos de bem para o nosso Estado e para o nosso País.

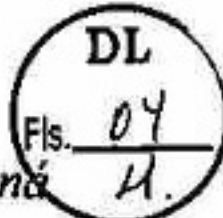
Permito-me uma vez mais, com todo o critério e cuidado que a iniciativa requer, sugerir a esta nobre Casa Legislativa para homenagear mais um dirigente cooperativista deste Estado para receber o título de Cidadão Honorário do Paraná.

Trata-se do Sr. Ricardo Silvio Chapla, atual diretor presidente da Cooperativa Agroindustrial COPAGRIL, da cidade de Marechal Cândido Rondon. Com a outorga desta cidadania, o povo do Paraná reconhece e retribui a esse líder cooperativista pelo muito que já fez por este Estado por sua brilhante atuação junto à organização que preside, motivado pelo qual faz jus ao título ora propostos.

Ricardo Silvio Chapla nasceu em 03/07/55 na Cidade de Santa Rosa/RS, filho de João Chapla e Cecília Chapla. É casado com Elenir Wonsoski Chapla e pai de duas filhas: Francine Aline e Bruna Luana Chapla.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gab. Deputado Elio Rusch



Em 1965, quando tinha 10 anos de idade, os pais vieram de mudança para Marechal Cândido Rondon, onde residem até hoje.

Iniciou o trabalho com seus pais desde os 10 anos de idade sempre na agricultura e pecuária. Participou intensivamente no início da mecanização agrícola na região oeste do Paraná, e com a vinda do projeto da conservação do solo, participou, por meses, de forma voluntária, para o sucesso do programa na localidade onde residia.

Participou como líder na juventude rural como primeiro presidente do Clube 4-S da Linha Palmital, hoje Clube dos Jovens Cooperativistas, ocasião em que deu continuidade ao trabalho de grande importância da conservação de solos, sempre de forma voluntária.

Em 1980 foi convidado pelo Banco Itaú para trabalhar na agência de Marechal Cândido Rondon, onde permaneceu por este anos. Após, retornando à lide agropecuária, assumiu a presidência da Associação dos Jovens Cooperativistas (ACJC), entidade ligada à cooperativa agro-industrial COPAGRIL.

Em 1988 foi convidado e eleito diretor executivo da Cooperativa de Crédito Rural (CREDILAGO), hoje SICRED Costa Oeste, na qual teve a incumbência de estruturar a organização, no qual, à época em que assumiu, essa cooperativa possuía pouco mais de 100 associados. Com seu brilhante trabalho, após dois anos sua direção, chegou a mais de 2 mil cooperados.

Depois de permanecer seis anos na direção executiva da CREDILAGO, foi convidado a integrar a diretoria da COPAGRIL, sendo eleito para o cargo de diretor secretário por um período de 6 anos. Na sequência, seu nome foi indicado, no ano de 2000, para cargo de diretor presidente da cooperativa, e eleito, ocupa o cargo até hoje.

À época em que assumiu a presidência, a COPAGRIL se encontrava em situação difícil, dada a conjuntura econômica. Contudo, com sua habilidade, juntamente com o apoio de seus companheiros de diretoria, em pouco tempo recolocou essa cooperativa entre as maiores do Estado. Hoje a entidade gera em torno de 6 mil empregos diretos e indiretos, sendo a maior empresa empregadora do Município de Marechal Cândido Rondon, bem como geradora do maior percentual de renda tributária de vários Municípios da região.

Atingindo a estabilidade, partiu para o ousado projeto de implantar um abatedouro de aves na Cidade de Marechal Cândido Rondon. Inicialmente, quase ninguém acreditou no êxito desse projeto, encontrando até em companheiros da diretoria esse descrédito mas Ricardo foi obstinado, e levou o projeto adiante. Atualmente o abatedouro é uma realidade, gerando riqueza e promoção social. Até o final de outro, o faturamento de 2009 já alcançava a cifra de quase R\$ 159 milhões.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gab. Deputado Elio Rusch

DL
Fls. 05
H.

Dedica-se também com especial atenção aos comitês femininos, que reúnem liderança, paralelo às ações sociais promovidas por estes comitês.

Outra iniciativa que está merecendo o nosso homenageado uma atenção peculiar de sua parte, é o projeto social que visa a inclusão social de crianças e adolescentes através do esporte. Hoje são atendidas cerca de 600 meninos e meninas gratuitamente nas escolinhas de futebol, futsal e voleibol via Associação Cultural COPAGRIL. Através dessa iniciativa, é principal intuito de Chapla evitar que menores tenham acesso às drogas e à marginalidade.

Por fim, ilustro a presente proposição com o currículo do homenageado.

* É formado em Estudos Sociais pela UNOESTE, de Presidente Prudente/SP, e Pós-Graduado em Agronegócios pela UFPR.

* É formado em administração pela NBA da Fundação Getúlio Vargas;

* Formado pelo FARMACOP (Formação de Dirigentes de Cooperativas);

* Frequentou vários cursos para altos executivos no Brasil e no exterior com destaque na área de agronegócios e práticas de produção agropecuária.

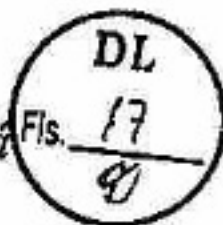
Pelos feitos narrados, clamo aos nobres Pares pelo irrestrito apoio e unânime aprovação do presente projeto de lei, cumprindo lembrar que a matéria já foi apresentada por este mesmo Deputado subscritor – Projeto de Lei nº 648/2009 – mas arquivado na forma do art. 273 do RIALEP, em razão da não conclusão do processo legislativo por término da legislatura.

Sala das Sessões, em 11 de julho de 2012.

ELIO RUSCH
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PAREÇER AO PROJETO DE LEI Nº 357/2012

Projeto de Lei nº 357/2012
Autores: Deputado Elio Rusch

Súmula: CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO SENHOR RICARDO SILVIO CHAPLA.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Elio Rusch, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná AO SENHOR RICARDO SILVIO CHAPLA.

FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



4 (quatro) das seguintes condições:
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.
(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

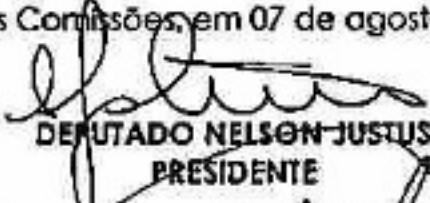


No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com as certidões necessárias devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

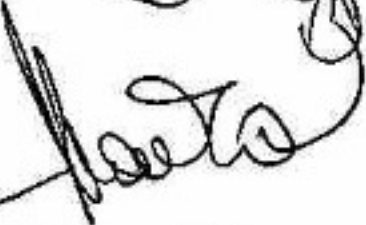
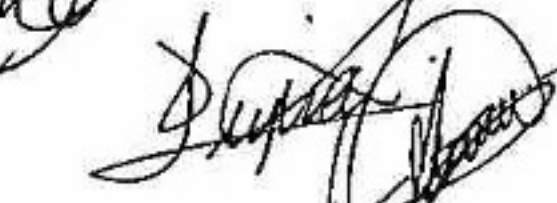
CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO TADEU VENERI
RELATOR



APROVADO

11/08/2012 04:08:11



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER A PROPOSIÇÃO Nº. 024/2012-TC

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição supracitada, prestando contas das despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de julho de 2012, conforme Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

As despesas, constantes nos documentos entregues a este Relator, conforme Proposição nº. 024/2012-TC, que tratam das verbas indenizatórias para atender despesas dos Senhores Deputados, encontram-se em conformidade com a sua regulamentação, atendem a legislação ora vigente e não restam quaisquer dúvidas quanto a sua exatidão, merecendo sua aprovação.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 28 de agosto de 2012

DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO PEDRO LUPION
Relator



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 016/12

SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de julho de 2012. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART.1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de julho de 2012.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 28 de agosto de 2012.

DEPUTADO BILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO PEDRO LUPION
Relator